

**HABEAS CORPUS Nº 549.042 - AM (2019/0358678-4)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : SHELBY MOREIRA FINICELLI**  
**ADVOGADO : SHELBY MOREIRA FINICELLI - AM005684**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO**  
**AMAZONAS**  
**PACIENTE : G P B (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

**DECISÃO**

**G. P. B.** alega sofrer coação ilegal diante de decisão proferida por Desembargadora do **Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas**, que indeferiu a liminar no HC n. 4005936-86.2019.8.04.0000.

Da análise dos autos, observo que a inicial do *writ* não veio acompanhada de **cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do réu**, a cujos fundamentos o Juízo singular faz remissão na sentença, o que inviabiliza o exame do constrangimento ilegal suscitado na impetração – ausência de motivação idônea para manter a custódia extrema.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações, não comportando dilação probatória. É cogente ao impetrante – sobretudo quando se tratar de advogado constituído – apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a alegada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

À vista do exposto, **não conheço do habeas corpus.**

Nada impede, porém, à vista dos princípios da economia e da celeridade processuais, que, caso a parte traga a peça faltante, o pedido seja reconsiderado e analisado.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator